

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo sob análise, ao dispor sobre a adesão ao Projeto mediante a celebração de termo de compromisso, visando ao cumprimento da cota legal nos prazos estabelecidos, ofende o princípio da prioridade absoluta na efetivação de direitos de adolescentes e jovens, em especial, dos direitos à profissionalização e à educação.

Com efeito, o artigo 27 prevê a duração máxima de dois anos e o estabelecimento de condições especiais para setores econômicos com baixa taxa de contratação de aprendizes.

Ocorre que a aprendizagem profissional é a principal política pública para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em especial adolescentes, aliando geração de renda, profissionalização e educação, pois é requisito essencial do contrato de aprendizagem a matrícula e frequência à escola até o término do ensino médio.

A concessão de prazo de até dois anos para que as empresas cumpram a cota legal resultará na redução dos níveis de contratação e frustrará o ingresso de uma legião de adolescentes e jovens de forma protegida e adequada ao mercado de trabalho, impactando negativamente nos índices sociais, num momento de elevado índice de desemprego e de aumento da vulnerabilidade socioeconômica.

O incremento do número de aprendizes contratados, inclusive nos setores que resistem ao cumprimento de sua função social, passa necessariamente pela conscientização do empresariado e fortalecimento dos órgãos de fiscalização do trabalho, mas não pela concessão de benefícios para aqueles que se escusam ao cumprimento da lei.

Senadora Zenaide Maia

Brasília, em 09 de maio de 2022.



SF/22050.97274-16